

DISCURSO DO PRESIDENTE RICARDO MARTINS COSTA NO “ATO DE DESAGRAVO E DE DEFESA DA INDEPENDÊNCIA JUDICIAL” (28/1/2025)

Muito bom dia!

Cumprimento a todos e a todas na pessoa do Presidente Alberto Neves Delgado, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Saúdo os presidentes da Ajuris, Cristiano Flores, da AmatraIV, Tiago Mallmann Sulzbach, e da Ajufergs, Rafael Martins Costa Moreira, que em boa hora chamaram este ato de desagravo e de defesa da independência judicial.

A ele não poderia faltar o Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, que desde logo propôs e assinou a nota pública que, na última sexta-feira, em conjunto com os demais Tribunais sediados na Capital – o TRF-4, o TRE-RS e o TJM-RS – repudiou as inaceitáveis e gravíssimas hostilidades praticadas por vereador de Porto Alegre.

Hostilidades que, dirigidas contra um juiz no legítimo exercício de sua competência constitucional, violam a tradição democrática da casa legislativa da Cidade, atingem a Magistratura como um todo e, portanto, não contribuem para o convívio adequado entre os poderes estatais.

Vivemos tempos extremos, de pouca escuta e radicalismos exacerbados.

Tempos que demandam das autoridades públicas temperamento, contenção, responsabilidade e a consciência da necessária vinculação de suas condutas aos preceitos da Constituição da República, que dispõe sobre a relação de independência e de harmonia entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Esses predicados atuam como óleo na engrenagem sutil de nossa democracia.

Uma decisão judicial fundamentada suscita cumprimento, e o prolator dessa decisão merece respeito. São pressupostos elementares ao funcionamento do Estado Democrático de Direito e, por isso mesmo, em relação a esses pressupostos, não há espaço para concessões ou transigências.

A imediatidade do presente ato de desagravo e de defesa da independência judicial é o que o torna oportuno e pedagógico. Esta mobilização, nesta histórica praça pública, é o que reforça a transparência de sua causa e acentua o interesse institucional na proteção de uma relação sóbria, respeitosa, e assertiva entre todos os poderes de Estado.

Muito obrigado!